

# PLANO STJ 2020

ÉTICA - TRANSPARÊNCIA

COMPROMETIMENTO

SUSTENTABILIDADE

APRENDIZAGEM CONTÍNUA

**Em que melhoramos?**

**Redução da taxa de congestionamento em 11%**



**O que merece atenção?**

**O Julgamento de ações de improbidade administrativa reduziu seu desempenho em 5,5%.**



## RELATÓRIO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL 4º TRIMESTRE/2017

### Movimentação Processual

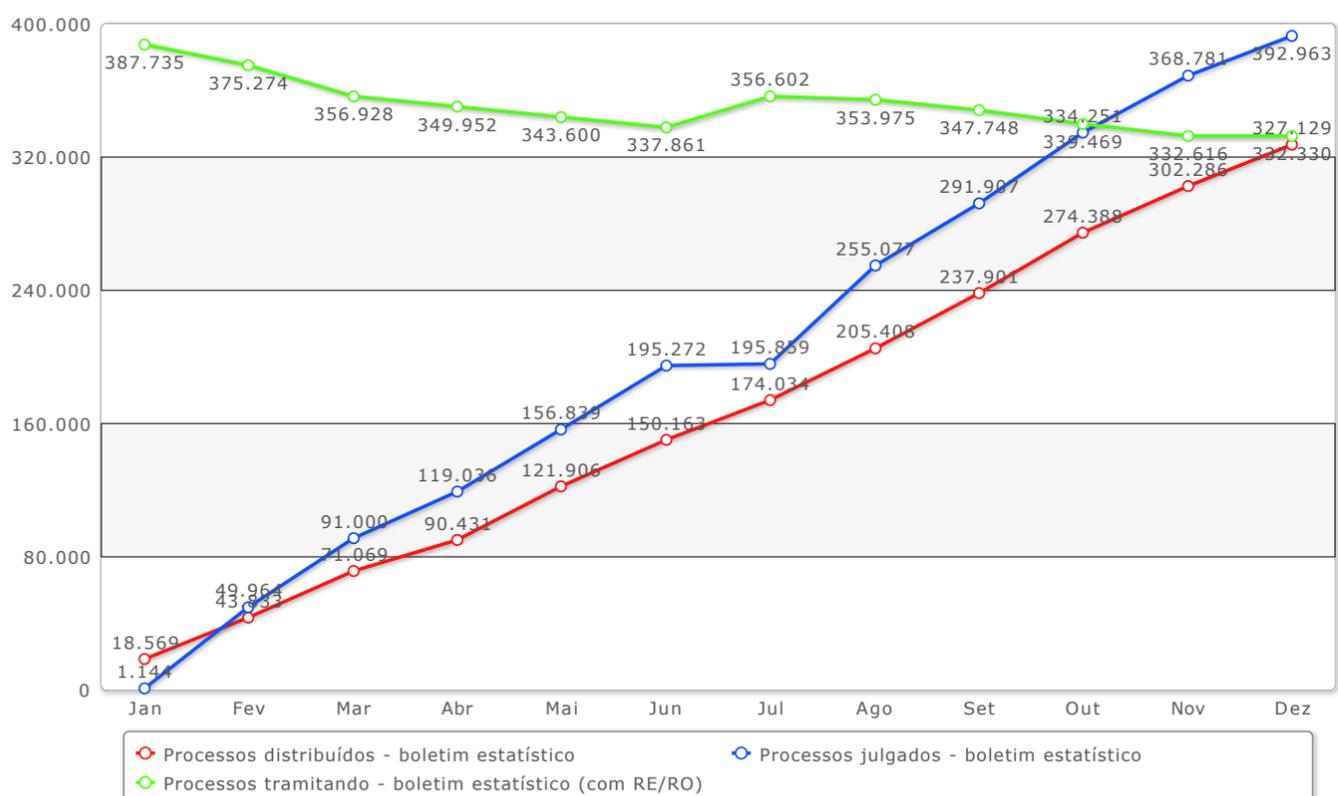
**392.963  
Julgados**

**327.129  
Distribuídos**

**332.330  
Tramitando**



Tramitando x Julgados x Distribuídos



## Situação geral

# PLANO STJ 2020



Chegamos ao final de 2017 com um resultado de 93,41% de cumprimento do Plano STJ 2020, superior aos 88,33% de 2016, mostrando que o plano, que foi pensado a longo prazo, está se movimentando em direção crescente.

No que tange à movimentação processual, destaca-se que se manteve a tendência de aumento no quantitativo de julgados: 386.910 em 2016 para 392.963 em 2017, o que representa um aumento de 1,6%.

Para a perspectiva Sociedade, destaca-se novamente o atingimento de 100% das metas esperadas para os objetivos "Promover a cidadania" e "Oferecer serviços com qualidade", o que demonstra o compromisso desta Corte com o cidadão. Ressalta-se que, devido a erros de sistema, o indicador "Satisfação do cidadão" não pôde ser mensurado em dezembro. De toda forma, entende-se que tal índice ainda está aquém do esperado e, para otimizar seu insumo para a estratégia, ele será revisto com apoio técnico de equipe da Universidade de São Paulo. Quanto aos Processos Internos, o resultado saltou de um patamar de 72,70% em 2016 para um destacado 83,49%, um avanço de consideráveis 8,7%, apesar de continuar com situação crítica. Em parte, isso se deve à melhora no objetivo "Buscar excelência na prestação jurisdicional", que em 2016 estava em 97,62% e foi para 99,27% em 2017. Destaca-se que o único indicador dos que entram no cálculo desse objetivo que ficou com desempenho inferior a 100% foi "Processos antigos com primeira decisão", com 96,33%. Outro destaque é a melhora do objetivo "Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes", que estava em situação preocupante nos últimos 2 anos, e teve um ganho de desempenho por 2 razões: pela melhoria do índice "Tempo médio da afetação à publicação do acórdão" e pela inclusão do novo indicador "Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos", que será também meta nacional em 2018. Esse último busca demonstrar o engajamento na organização em tratar temas em recursos repetitivos e apresentou resultados de sucesso. O que ainda prejudica o atingimento do esperado para a perspectiva é o desempenho do objetivo "Priorizar processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa" que teve queda de 5,5% em seu rendimento e aponta para uma necessidade real de enfoque na finalização dos julgamentos desse tipo de processo.

Por fim, o desempenho da perspectiva Pessoas e Recursos melhorou, passando de 92,28% para 96,73%. As mensurações relativas aos colaboradores mantiveram-se em níveis positivos, similares aos 2 anos anteriores, mas merece atenção que, desde 2015, a participação de servidores em capacitações caiu quase 15%. Igualmente preocupante é o indicador "Execução do orçamento estratégico" que ainda permanece bem abaixo do esperado. Avalia-se, finalmente, que a questão que anteriormente preocupava sobre a validade da hipótese estratégica começou a se dissolver com o atingimento de níveis próximos aos excelentes para os objetivos de base que finalmente mostraram impacto relevante na melhoria dos processos internos do STJ. Também pode ser atribuída a melhora à conclusão de projetos destinados à otimização da estrutura tecnológica da área fim, vinculado ao objetivo "Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC" que possibilitaram o aumento da produtividade do Tribunal e demonstraram o foco na inovação dos processos finalísticos. A seguir, maiores informações sobre os indicadores e projetos que compõem a estratégia do Tribunal, bem como uma breve descrição do alinhamento estratégico nas unidades.

### Sociedade



100,00%

### Processos Internos



83,49%

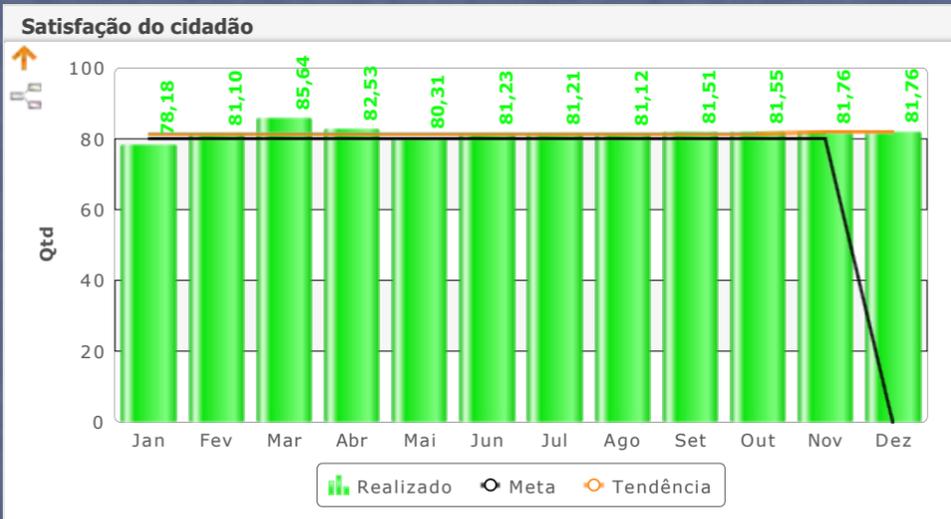
### Pessoas e Recursos



96,73%

# Indicadores

## Oferecer serviços com qualidade



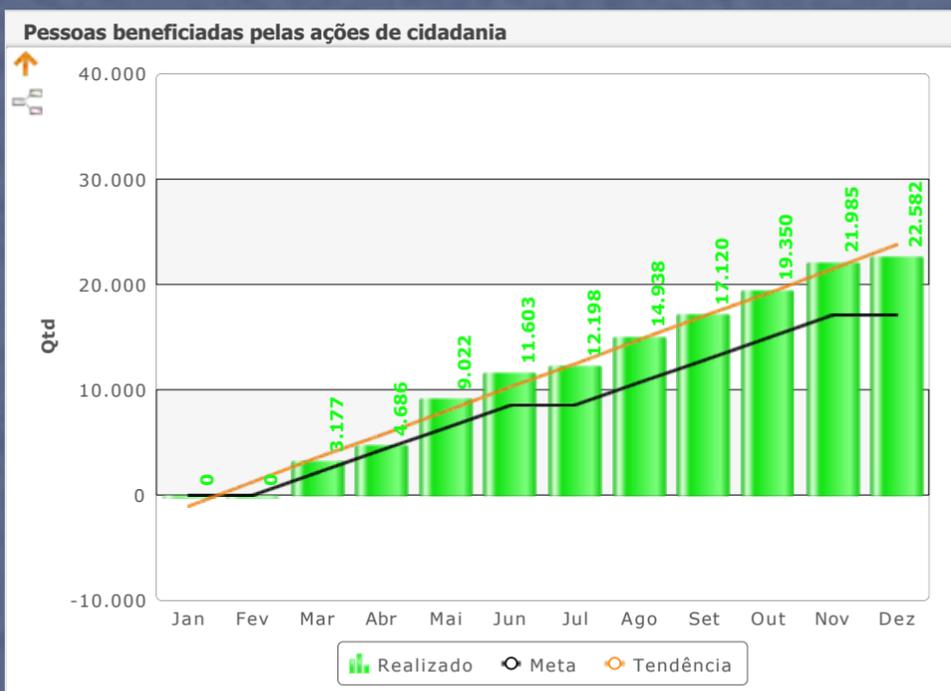
### Análise crítica RA 3 - Satisfação do cidadão - Período: Dezembro

O indicador 9.1 atingiu a meta anual almejada (81,76%), apresentando valor ligeiramente menor que o atingido em 2016 (85,10%). A despeito do indicador ter tido resultado abaixo da meta nos meses de em janeiro, abril e maio, o nível anual de satisfação do cidadão com os serviços do tribunal é alto. A Ouvidoria atua no sentido de melhorar e divulgar a pesquisa de satisfação e acredita que com o início da Cooperação Técnica entre STJ e USP, assinada em 15 de dezembro, a pesquisa irá melhorar muito qualitativamente.

Ocorreu uma falha no sistema SGI entre os dias 1/12/17 a 6/1/18 e as respostas aos questionários não foram gravadas, gerando a nulidade dos dados de dezembro. Tal fato contribuiu para que o número de respondentes de 2017 ficasse 7% menor com relação a 2016. Contudo, pôde ser observado que o número de respondentes ficou mais estável no decorrer deste ano, pois em 2016 houve uma distribuição anormal da frequência, na qual somente no mês de setembro foram enviadas quase metade das respostas do ano, devido a uma campanha da Secretaria de Jurisprudência para que os usuários de seus serviços respondessem a pesquisa de satisfação. A expectativa de aumento do número de respondentes não se concretizou e continua sendo um grande desafio para a unidade.

Nota explicativa: a meta para o mês de dezembro é apresentada no gráfico como zero para que a falta do dado deste período, conforme explicado acima, não impacte na média do atingimento anual.

## Promover a cidadania



### Análise crítica RA 25 - Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania - Período: Dezembro

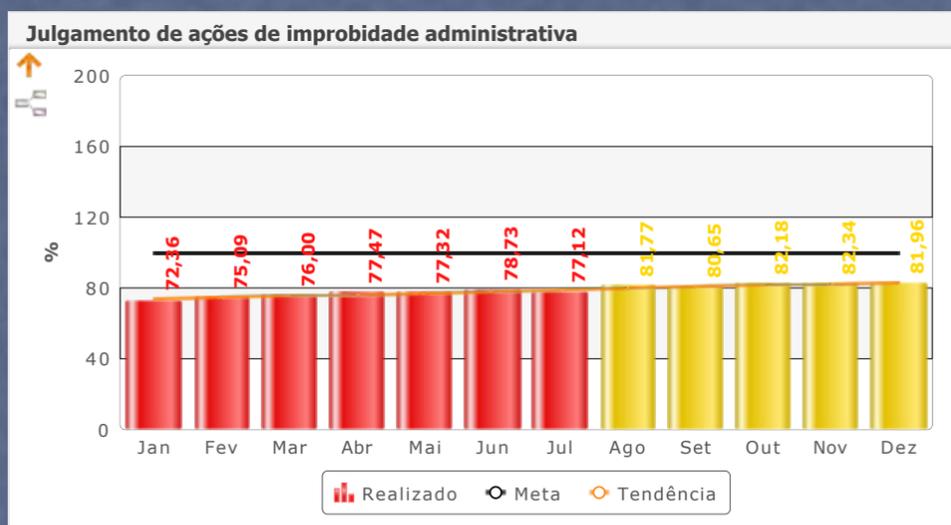
Novamente o STJ superou a meta estipulada para o exercício com participação direta de 3 unidades: SED, SGP e AGS.

Destacam-se algumas ações em especial que contribuíram para a superação da meta. Em relação ao programa da SED "Sociedade para Todas as Idades", com um público total de 1.006 idosos atendidos, houve a consolidação da parceria com a UniSer - Universidade do Envelhecer da Universidade de Brasília. Os 6.372 estudantes beneficiados pelo programa "Museu-Escola" foram atingidos após um contato ostensivo junto aos estabelecimentos de ensino e a proposição de temas instigantes para desenvolvimento de atividades artísticas/literárias. Enquanto os 2.480 estudantes que passaram pelo "Despertar Vocacional Jurídico" ganharam com o incremento na metodologia de abordagem do aspecto vocacional. Igualmente, os 4.365 universitários envolvidos com programa "Saber Universitário da Justiça" foram atendidos inclusive em horário contrário ao tradicional, 13h a 16h, ampliando-se assim a participação do público estudantil no projeto. Finalmente, os "Eventos Culturais" atingiram 3.709 pessoas que, sempre bem informados, apreciarão a variedade de exposições identificadas por Edital em 2017, sendo que para 2018 já está em finalização a seleção de obras.

A AGS manteve a ação de "Coleta Seletiva Solidária" e superou as metas, mas o indicador precisará ser suprimido ou revisado, diante da mudança da política de coleta de resíduos no DF. Também foi superada a meta das "Ações de Educação Solidária" pela maior adesão de alunos no EJA nesses últimos meses. Impacto menos positivo teve o programa "Visitas Cidadãs" pois não ocorreram o quantitativo esperado por mudanças de atribuições dentro do STJ.

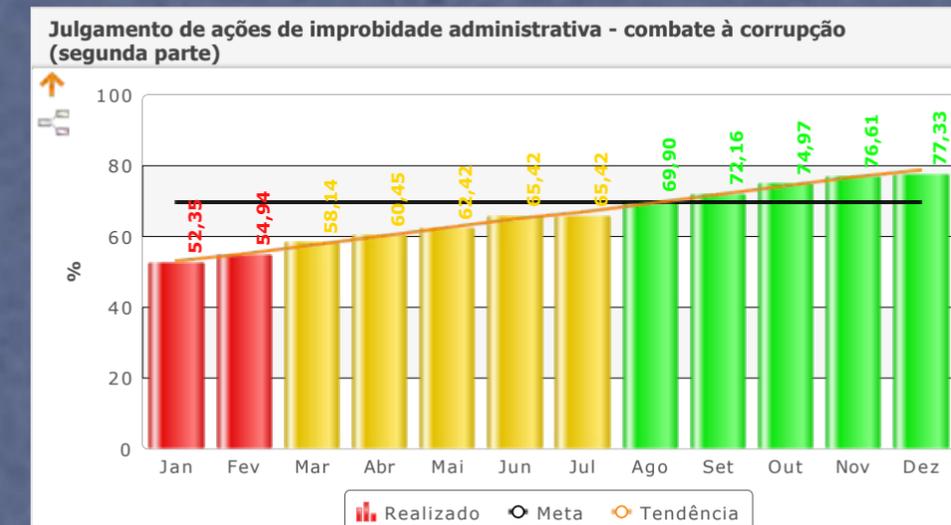
Como esperado, o indicador EAD Público externo da SGP encerrou o ano em situação ótima, sendo que o valor realizado foi três vezes maior do que a meta proposta. Acredita-se que o bom resultado se deva à qualidade, à utilidade e à popularidade dos cursos EaD oferecido pelo STJ ao público externo. Em consequência disso, a CDEP decidiu ampliar a oferta de turmas do Programa Conexão Cidadã. No entanto, o indicador ações presenciais público externo encerrou o ano em situação crítica, com apenas 78,59% da meta atingida e acredita-se que a frustração nesse resultado se deva principalmente à superestimação da meta para 2017, após um 2016 com muitas ofertas de eventos. Está em consideração a alteração das metas para 2018, mesmo com previsão de alguns eventos significativos no ano que se inicia. A Visitação Técnica ocorreu apenas no 1o trimestre e o seu bom resultado continuou contribuindo para o desempenho final de 2017.

## Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa

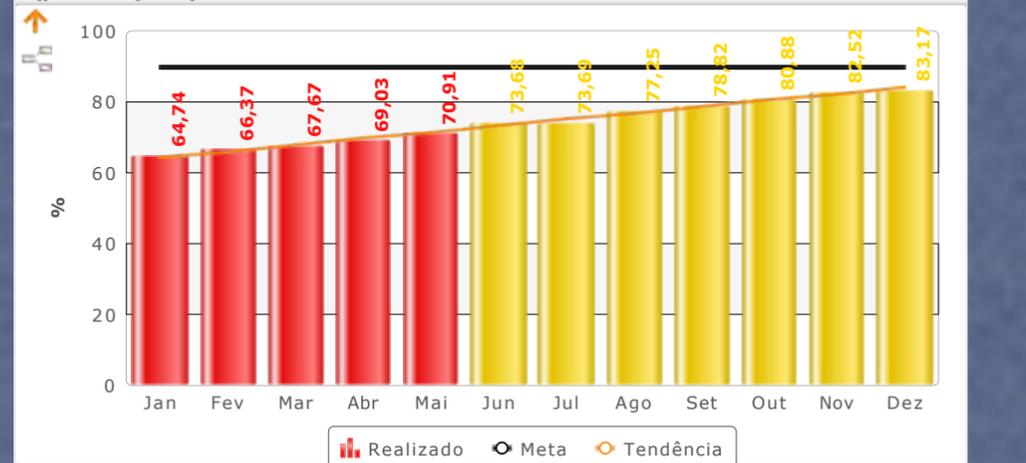


### Análise crítica RA 49 - Julgamento de ações de improbidade administrativa - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 4 de 2017, tem por objetivo o julgamento dos processos relativos às ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública em determinados períodos. A meta para 2017 dessa métrica é subdividida em: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2014 (primeira parte) e 70% das distribuídas em 2015 (segunda parte), tratando, em cada período, o julgamento das ações de Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública de forma diferenciada. O somatório desses 2 tipos de ação consolida o percentual de cumprimento quanto ao Combate à Corrupção que alcançou ao fim do período 81,96% de média de cumprimento. Destaque para a superação da meta referente ao período das ações distribuídas em 2015 que alcançou 110,47% de cumprimento. Na busca por resultados cada vez mais positivos, as informações continuam sendo enviadas periodicamente aos gabinetes dos ministros mas tal medida por si só não tem sido suficiente para alavancar os resultados já que apenas 4 gabinetes cumpriram sua meta na integridade.

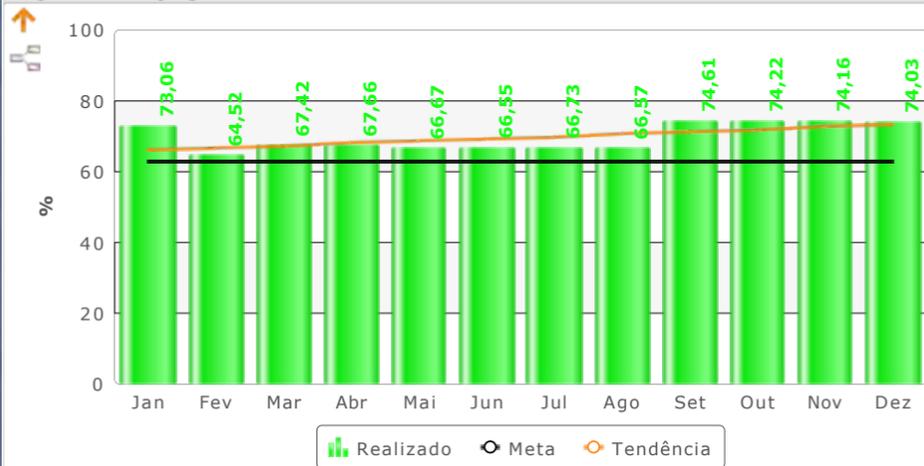


### Julgamento de ações de improbidade administrativa - combate à corrupção (primeira parte)



## ● Buscar excelência na prestação jurisdicional

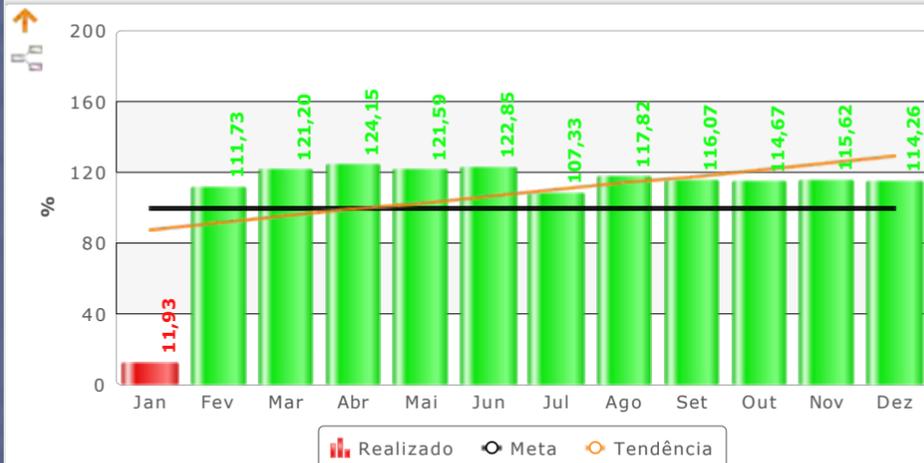
### Agilidade no julgamento



### Análise crítica RA 53 - Agilidade no julgamento - Período: Dezembro

O indicador, que mede o percentual de processos baixados no mês em relação aos que tramitaram em até 1 ano no Tribunal, manteve-se em situação ótima durante 2017. Com destaque para os períodos de setembro e novembro onde ocorrem os picos de desempenho. Ressalta-se novamente pelo 3º ano consecutivo o cumprimento da meta estabelecida com resultado 10% acima do pretendido.

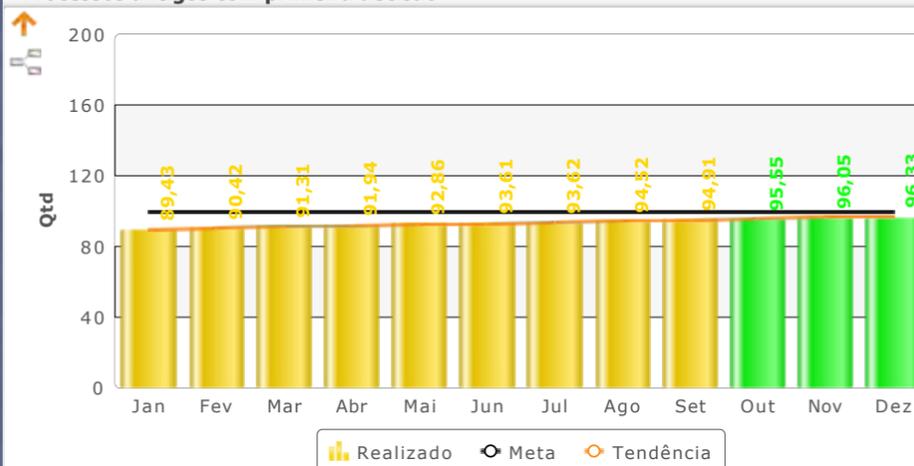
### Atendimento à demanda



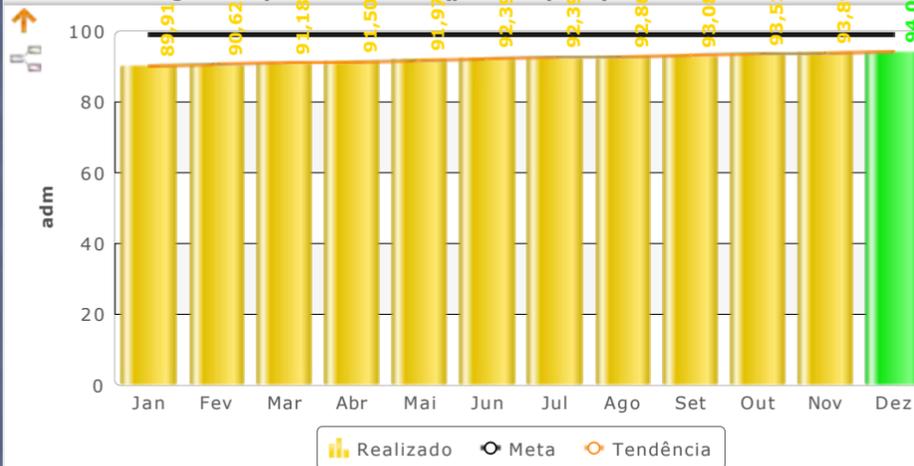
### Análise crítica RA 47 - Atendimento à demanda - Período: Dezembro

Os resultados apurados no ano mantiveram o desempenho do indicador em situação ótima, sendo que durante o período os ministros julgaram 20,26% a mais de processos do que foram distribuídos no Tribunal. O resultado do indicador demonstra uma evolução de 4,48% no comparativo a 2016, impactado principalmente pela triagem processual feita pela Secretaria Judiciária e pela força tarefa que auxiliou vários gabinetes a reduzirem seus acervos. Estando alinhada à meta nacional n. 1, o indicador apenas não teve cumprimento em 2 gabinetes de ministros.

### Processos antigos com primeira decisão



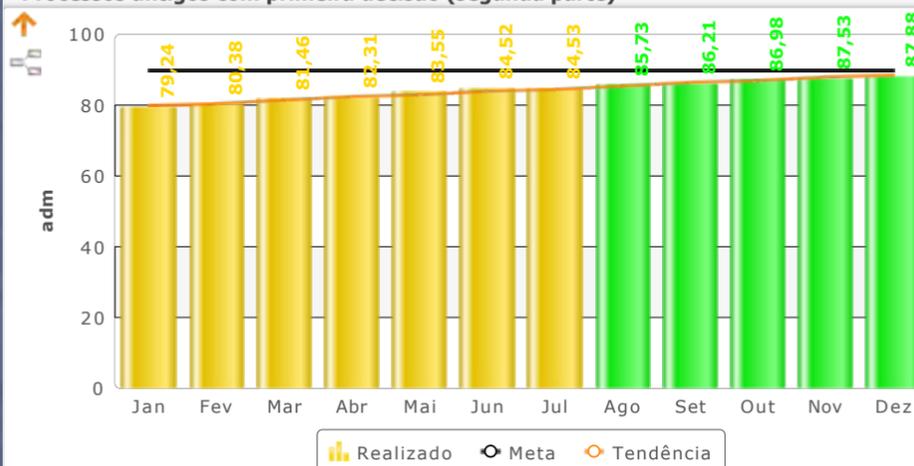
### Processos antigos com primeira decisão (primeira parte)

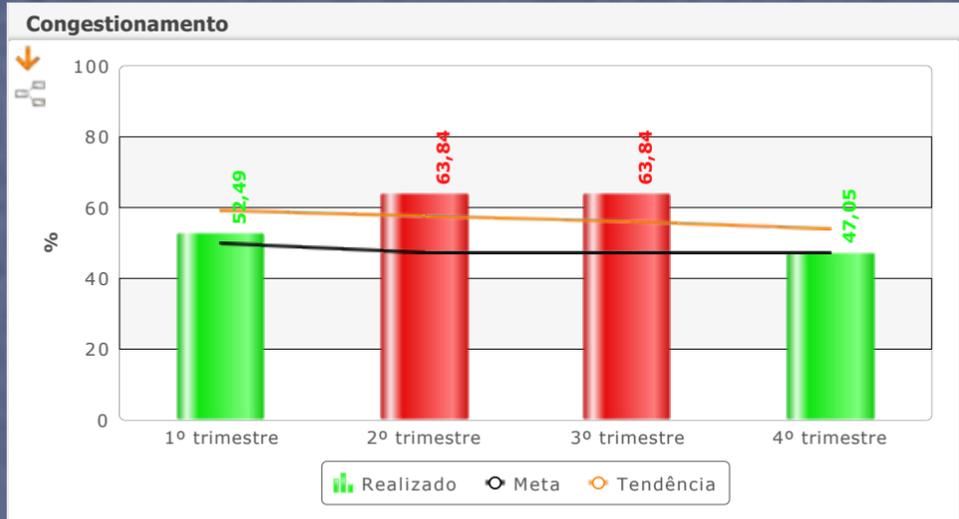


### Análise crítica RA 48 - Processos antigos com primeira decisão - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 2 de 2017, está dividido em dois períodos base: julgar 99% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e julgar 90% dos processos distribuídos em 2013. Para os processos distribuídos até 31/12/2012, a mensuração avançou satisfatoriamente durante o ano, sendo que os melhores desempenhos foram alcançados nos meses de fevereiro e março. Ao alcançar um resultado de 95,03% da meta pretendida, o indicador terminou o período com resultado 1% melhor que o obtido em 2016, e ao considerar que essas decisões ocorreram em 9.293 processos, em 2017, identifica-se um aumento na produtividade da ordem de 22% quando comparado às 7.238 sentenças ao final de 2016. Já para os processos distribuídos em 2013, o número de julgados passou de 9.508, em 2016, para 10.227, em 2017, significando um aumento de produtividade acima de 7%. Com objetivo de cumprir a meta, ao longo do ano, mensalmente foram enviados aos gabinetes de ministros, planilhas de acompanhamento das metas com o intuito de demonstrar o seu desempenho real e permitir as tomadas de decisões para alavancar os resultados. Tal ação, contudo, não se mostrou efetiva por si só, tendo em vista que apenas 4 gabinetes cumpriram integralmente a meta.

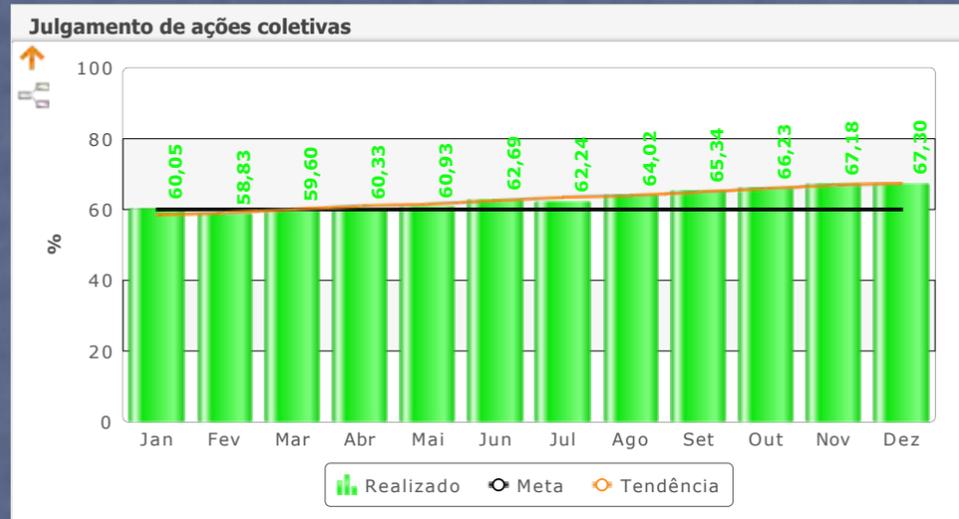
### Processos antigos com primeira decisão (segunda parte)





### Análise crítica RA 52 - Congestionamento - Período: 4º trimestre

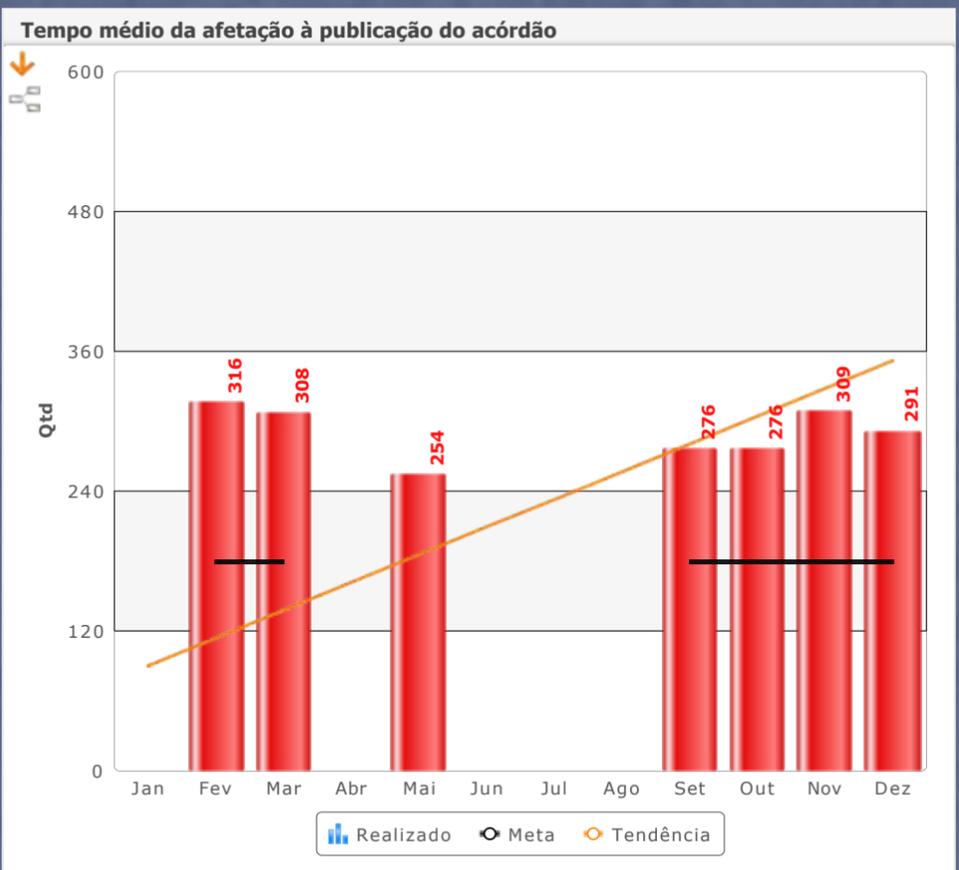
O indicador mensura o número de processos baixados em relação ao total de pendentes e o total de recebidos, considerando como período base o semestre e está alinhado ao que é medido pelo sistema "Justiça em Números", coordenado pelo CNJ. Acima das expectativas projetadas no primeiro semestre, o Tribunal conseguiu superar a meta anual e está com a taxa bem abaixo da média do Poder Judiciário, que está em 71%. Espera-se que o STJ mantenha o desempenho em 2018 com as diversas ações de aumento de produtividade e que se atinja a meta esperada também no próximo ano.



### Análise crítica RA 50 - Julgamento de ações coletivas - Período: Dezembro

O indicador, alinhado à Meta Nacional n. 6, acompanha o percentual de processos que foram julgados, oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 1/1/2015. O Tribunal passou a superar a meta estipulada a partir do mês de abril mantendo o desempenho ascendente até o fim do período chegando ao fim do ano com 67,30% dos processos julgados, enquanto a meta era julgar 60%. Sob o aspecto individual de cada magistrado, a meta também foi cumprida com exceção de apenas 2 gabinetes.

## ● Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes



### Análise crítica RA 5 - Tempo médio da afetação à publicação do acórdão - Período: Dezembro

Esse indicador, alinhado à Meta 7 de 2017 do CNJ, teve, neste exercício, como tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão, 291 dias, sendo que ocorreram duas publicações de acórdãos no período, 1 publicado pela Primeira Seção, outro pela Segunda Seção.

O presente indicador, levando em conta as afetações de processos ao rito dos repetitivos apenas após a data de entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, em 18/3/2016, somente começou a ser mensurado em 2017. Por esse motivo, não há dados de 2016 a serem comparados.

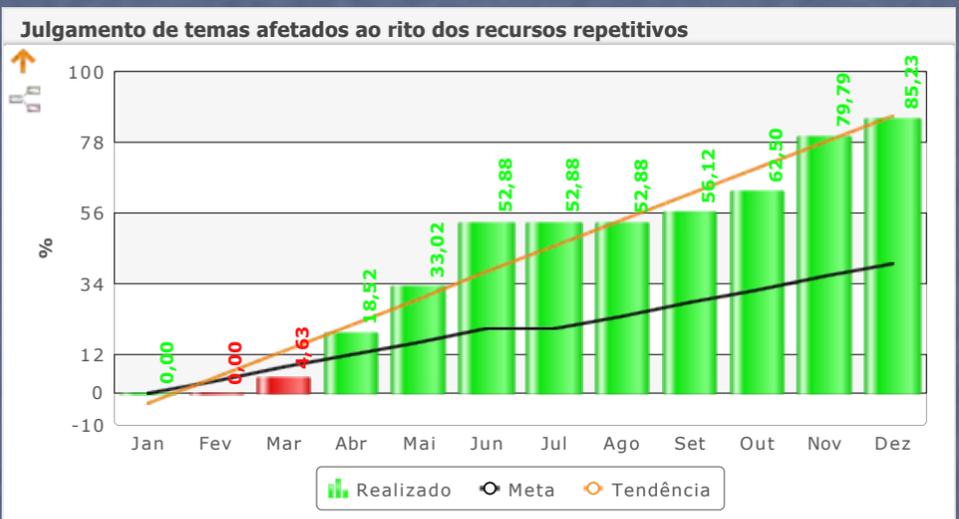
Ademais, realizando a análise crítica do ano, pode-se observar que o reduzido número de acórdãos publicados no ano de 2017 decorre da elevada média do tempo decorrido entre a data de afetação e a da publicação do acórdão, ainda mais quando se leva em conta apenas os processos afetados a partir do CPC/2015.

Para diminuir o tempo médio, é necessário haver uma correlação entre o quantitativo de temas afetados e o número de acórdãos publicados, de forma que haja um equilíbrio entre os dois para que os temas afetados não superem o quantitativo de acórdãos publicados. Nesse sentido, torna-se necessário avançar em medidas administrativas que favoreçam o julgamento dos temas repetitivos e a respectiva publicação dos acórdãos. Pode-se destacar a prática iniciada em dezembro de 2017 de divulgar, no boletim estatístico do STJ, informações sobre o os recursos afetados para julgamento ao rito dos repetitivos. Assim, mensalmente, os ministros e assessores passam a ter fácil acesso aos temas repetitivos. O referido boletim estatístico passou a disponibilizar também informações sobre as controvérsias pendentes, canceladas e as efetivamente afetadas ao rito dos repetitivos.

Ressalta-se, também, que o ano de 2017 foi o primeiro ano completo de vigência do CPC/2015 e, principalmente, do Regimento Interno do STJ (RISTJ), alterado pela emenda regimental n. 24 de 28/9/2016, que preconiza que os "recursos afetados deverão ser julgados no prazo de 1 ano".

Por fim, em cumprimento ao art. 257 do RISTJ foi desenvolvida a ferramenta de afetação eletrônica de processos ao rito dos repetitivos. Assim, a partir de 26/10/2017, todas as afetações de novos temas repetitivos deverão ser analisadas em ambiente eletrônico, iniciando, o STJ, uma nova fase com o julgamento eletrônico. Com essa ferramenta, as afetações não serão mais submetidas às Seções ou à Corte Especial, permitindo a liberação de tempo da sessão para que os ministros possam se debruçar sobre os casos anteriormente afetados.

Para o ano de 2018, dentre o planejamento do NUGEP e da Comissão Gestora de Precedentes, há medidas que poderão favorecer o cumprimento deste indicador. O plano de ação do ano ainda será submetido à Comissão de Ministros em fevereiro/18, mas pode ser destacada a proposta de se realizar reuniões com todos os ministros do STJ, ocasião em que um dos pontos a ser discutido será a priorização de julgamento de processos afetados ao rito dos recursos repetitivos.

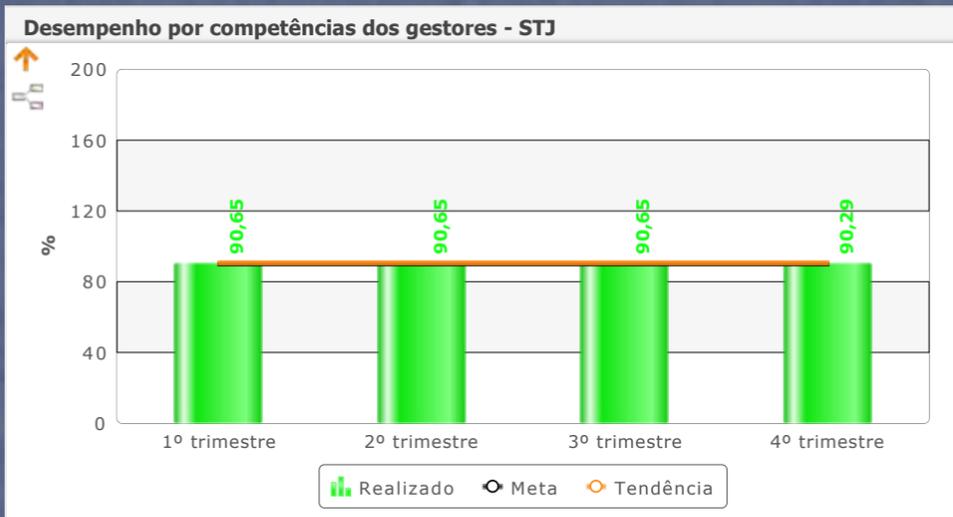


### Análise crítica RA 6 - Julgamento de temas afetados ao rito dos recursos repetitivos - Período: Dezembro

O presente indicador complementa o outro indicador de acompanhamento pelo NUGEP e tem como foco os processos afetados antes da entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, demonstrando o compromisso do STJ com os processos mais antigos que ainda estão pendentes de julgamento. Fixou-se, assim, a meta de julgar até dezembro de 2020 todos os recursos repetitivos afetados antes de 17/3/2016 (dia anterior à entrada em vigor do CPC/2015). Esclarece-se que há possibilidade de desafetação dos recursos ao rito dos repetitivos, representando correção no quantitativo do estoque de temas. O estoque de temas para a medição deste indicador se encontrava, em janeiro de 2017, com 56 temas repetitivos, sendo que, para o ano de 2017, o STJ deveria cumprir 40% de julgamentos, representando 22 processos. O resultado foi o seguinte: 15 temas julgados e 12 desafetações, totalizando 27 temas. O cumprimento da meta para 2017 demonstra o comprometimento do STJ com a celeridade processual e com a efetividade do instituto dos recursos repetitivos. Demonstra também que as providências administrativas adotadas nos anos de 2016 e 2017 surtiram o efeito esperado, devendo ser registrado o empenho dos Senhores Ministros que são, em última instância, os responsáveis pela liberação dos processos para julgamento.

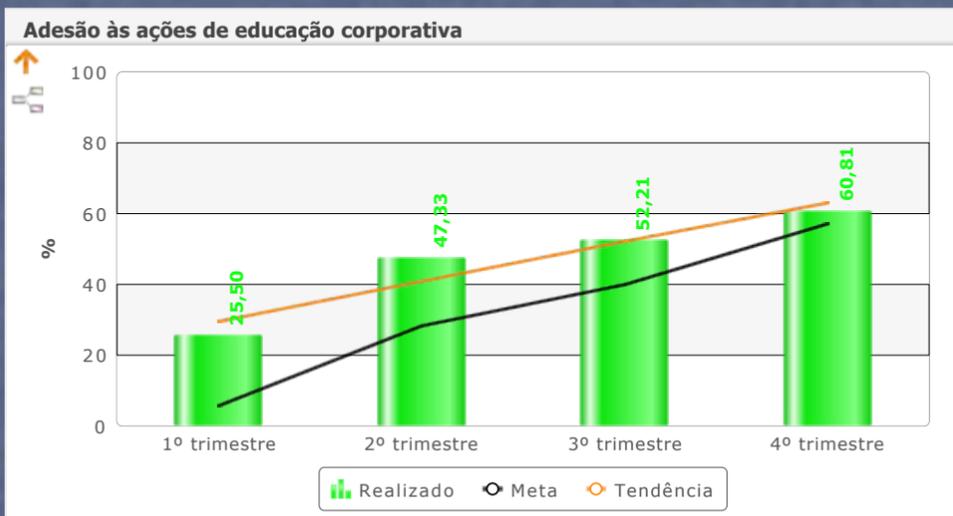
Ressalta-se que as providências adotadas nos anos de 2016 e 2017 serão continuadas no ano de 2018, de forma a favorecer o julgamento dos temas repetitivos. Pode-se destacar a prática iniciada em dezembro de 2017 de divulgar, no boletim estatístico do STJ, informações sobre o os recursos afetados para julgamento ao rito dos repetitivos, que chega ao conhecimento de todos os Gabinetes.

## ● Aprimorar competências



### Análise crítica RA 28 - Desempenho por competências dos gestores - Período: 4º trimestre

Em mais um exercício o resultado apresentado pela métrica foi satisfatório. O indicador é acompanhado pela equipe do programa estratégico Aprimore STJ, que realiza o diagnóstico por competências dos gestores do Tribunal. Esse diagnóstico tem por objetivo o mapeamento de lacunas para tratamento por meio de ações de educação corporativa e lotação adequada conforme perfil de competência. Ressalta-se que uma margem próxima de 100 (nota máxima), mostra ainda que, mesmo com as ações de sensibilização promovidas pelo projeto, é preciso maturidade para preencher o formulário, pois infere-se que lacunas nesse perfil de competência sempre existem, o que possibilita e fundamenta ações de capacitação visando ao aprimoramento dos gestores. A coleta é feita por um diagnóstico, que não tem peso avaliativo para crescimento na carreira ou para qualquer processo punitivo, e as ações de divulgação se pautam em tais princípios.



### Análise crítica RA 32 - Adesão às ações de educação corporativa - Período: 4º trimestre

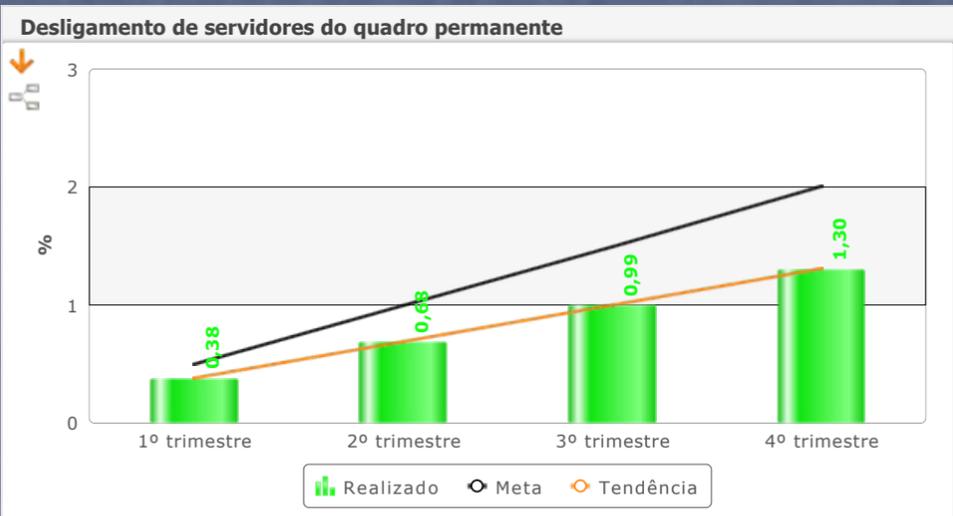
Por mais um ano o indicador apresentou resultado satisfatório, com superação da meta, o que significa que mais de 60% dos servidores da Casa participaram de algum treinamento durante 2017. Foram oportunizadas 5.520 vagas em diversas ações de capacitação, totalizando mais de 85 mil horas de treinamento oferecidas pelo Tribunal. Credita-se o sucesso do indicador, principalmente, aos investimentos realizados na divulgação das ações, pelo foco na qualidade dessas capacitações, atraindo uma quantidade significativa de servidores preocupados com seu aprimoramento funcional. Com isso, observa-se o quanto o STJ se preocupa e investe na Aprendizagem Contínua de seus colaboradores.

## ● Atrair e reter talentos



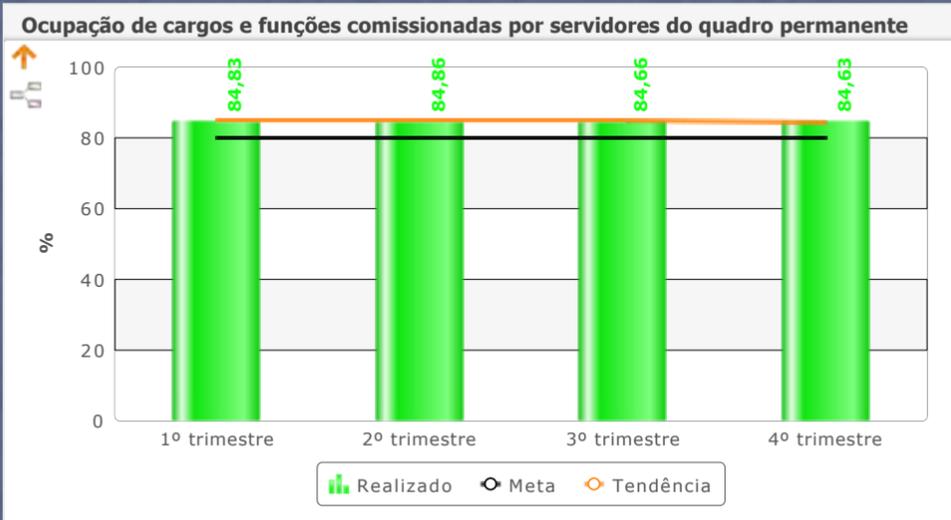
### Análise crítica RA 38 - Satisfação do servidor - Período: 4º trimestre

O indicador fornece o percentual de satisfação dos servidores em relação ao órgão, considerando que o contentamento com o trabalho e com a organização impactam nos fatores relacionados à qualidade de vida, ao comprometimento e à intenção de rotatividade, influenciando nos resultados da instituição. Esse acompanhamento da satisfação é importante para direcionar políticas e práticas que proporcionem melhorias na qualidade do ambiente de trabalho e da gestão de pessoas. Na RAE de agosto, por necessidade de readequação dos períodos de medição, decidiu-se que a meta para 2017 seria de 75,5% e que a próxima mensuração acontecerá ao final de 2019, com meta de 80%. A partir dos resultados apurados na mensuração de 2017, foram retomadas as reuniões do Comitê Gestor do Clima para incrementar as questões que apareceram como mais deficitárias na pesquisa. Desta forma, em 2018 pretende-se avançar na fase de planejamento das ações e implementar as melhorias propostas.



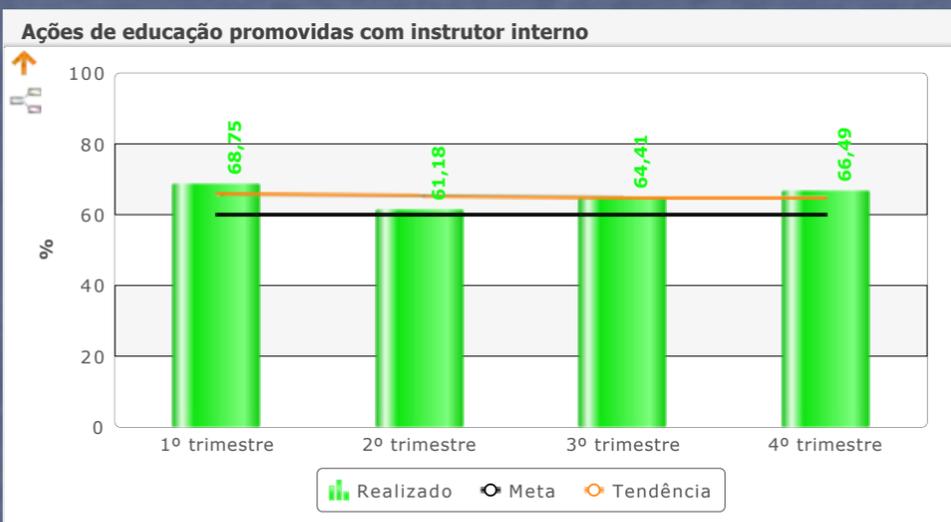
### Análise crítica RA 34 - Desligamento de servidores do quadro permanente - Período: 4º trimestre

O indicador mensura o percentual de saídas espontâneas de servidores do quadro permanente do STJ. Para isso, utiliza-se um formulário de desligamento que deve ser entregue juntamente com outros documentos necessários para solicitar a vacância e exoneração. Constatou-se que dentre as principais razões que mais motivam a saída do Tribunal ainda são: ascensão profissional e remuneração. Cabe registrar os pontos positivos relatados: estrutura e clima organizacional, além de capacitação, plano de saúde, ambiente de trabalho. Quanto aos negativos, foram elencados: distribuição de funções comissionadas e dificuldades de implementação do teletrabalho. No que se refere aos motivos de saída, ressalta-se que a adoção de mudanças na estrutura remuneratória atual dependem de projeto de lei que atenda a todo o Poder Judiciário.



### Análise crítica RA 35 - Ocupação de cargos e funções comissionadas por servidores do quadro permanente - Período: 4º trimestre

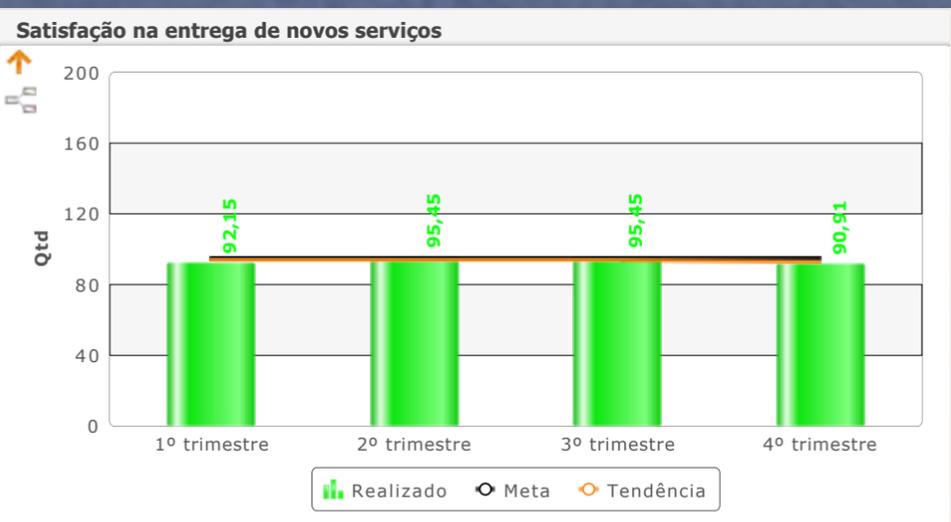
Na busca por valorizar o trabalho desempenhado por seus colaboradores, o Tribunal utiliza-se desse indicador para monitorar o percentual de cargos e funções comissionadas que está preenchido por servidores do quadro permanente, pois isso é um dos pontos negativos levantados por servidores que se desligam voluntariamente do STJ. Quanto aos dados, ressalta-se que o índice, no 4º trimestre, manteve-se acima da meta de 80%, definida na RAE de agosto de 2017. Há ações permanentes para aumentar ou, pelo menos, manter esse índice com bons resultados. Atualmente, existe um programa de formação para gabinete de ministro, treinamentos gerenciais extensíveis aos substitutos e está em elaboração projeto para o desenvolvimento de possíveis sucessores de cargos gerenciais.



### Análise crítica RA 33 - Ações de educação promovidas com instrutor interno - Período: 4º trimestre

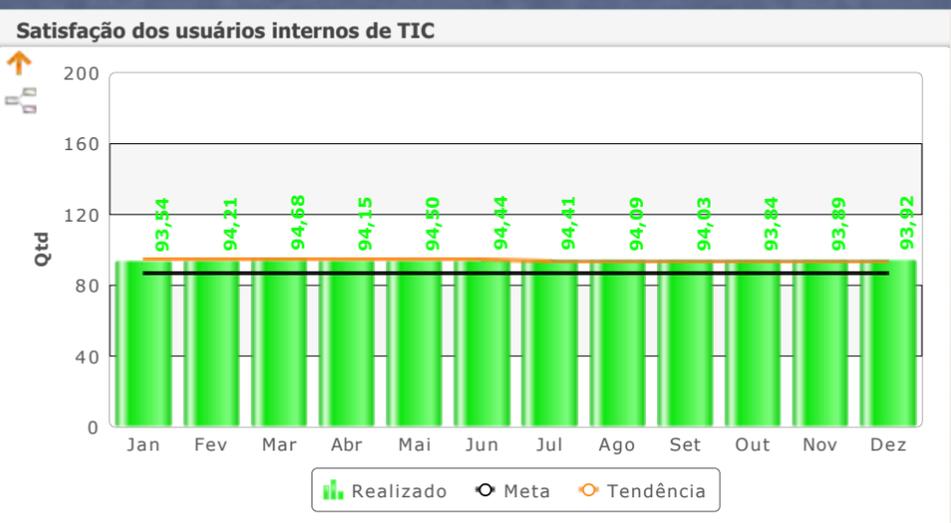
O indicador finalizou 2017 em situação ótima, tendo a meta sido superada com mais de 65% das ações oferecidas neste ano sendo ministradas por instrutores internos. O índice representa a valorização que o STJ dá ao conhecimento adquirido por seus servidores, o que é um incentivo à disseminação do valor institucional "Aprendizagem Contínua". Além disso, acredita-se que o indicador seja resultado da intensificação de campanhas e ações para captação e formação de novos instrutores, com destaque para o processo seletivo realizado no início do ano; ao aumento da percepção interna quanto à qualidade e à eficiência das ações realizadas com força de trabalho interna; e à maior facilidade para tramitação processual na contratação desses facilitadores, quando comparada à contratação de fornecedor externo.

## ● Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC



### Análise crítica RA 30 - Satisfação na entrega de novos serviços - Período: 4º trimestre

Na última avaliação de 2017, o valor apurado deste indicador foi de 90,91% abaixo da respectiva meta de 95%. Houve duas questões que contribuíram para o não atingimento da meta, a saber:  
 - Os instrumentos de acompanhamento disponibilizados para acompanhamento do projeto serviram adequadamente ao objetivo pretendido?  
 - As estimativas realizadas nas diversas etapas do processo foram precisas e os prazos acordados foram cumpridos?  
 A implantação de novo modelo de acompanhamento em 2017, com reuniões periódicas presenciais, que inclui estimativas baseadas em um escopo macro definido de forma inicial pelo demandante, não contribuiu para estimativas precisas e o consequente cumprimento de prazos com exatidão. O contínuo aprimoramento baseado no planejamento e execução desse mesmo modelo em 2018 tende a aperfeiçoar tal análise e respectiva execução, pois mesmo com essa limitação, o indicador possui uma meta muito alta que foi consistentemente perseguida e por duas vezes superada em 2017.



### Análise crítica RA 37 - Satisfação dos usuários internos de TIC - Período: Dezembro

Esse indicador ajuda a identificar a porcentagem de satisfação relacionada ao suporte de TIC prestado e, assim, permitir o direcionamento de ações de melhoria. A CORE é a coordenadoria responsável pelo controle e monitoramento dessa pesquisa. No último trimestre de 2017, conforme dados do Stratej, atingimos a meta do indicador. Em 2017 período foi implantado um novo método de envio (julho SIGA 10.0.3): e agora é enviada uma solicitação de pesquisa para cada chamado fechado, ou seja, o cliente recebe um e-mail informando que o chamado foi fechado e um link para responder a pesquisa de satisfação daquele atendimento, dessa forma podemos analisar individualmente cada chamado e cada técnico, aumentando a rastreabilidade do chamado e agilizando o tempo de resposta da pesquisa (aguardamos agora uma coleta de dados mais automatizada). Nessa esteira, considerando os últimos 12 meses, recebemos mais de 370 comentários registrados de clientes internos, sendo a maioria elogios para os técnicos de atendimento e os serviços prestados. As críticas e sugestões foram analisadas e tratadas, pontualmente no decorrer do período. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implantado exige a melhoria contínua no atendimento e suporte prestado pela CORE, portanto, alinhado com o planejamento estratégico STJ 2020, o Conselho da Qualidade CORE decidiu que, a partir de janeiro de 2018, a meta para esse indicador passa a ser >= 88%.

## Fortalecer a governança institucional



**Análise crítica RA 39 - Governança de pessoas - Período: 4º trimestre**

No mês de março de 2017 o TCU encaminhou o Resultado Individual de Avaliação do STJ relativamente ao 2º Levantamento de Governança de Gestão de Pessoas realizado em 2016. Nele pode-se avaliar a situação do STJ em relação às demais organizações participantes do levantamento. O Tribunal alcançou o índice de 46,54% (mais do que o estimado para o período, de 40%), acima do que atingiu o CJF: 43,72% e o CNJ: 43,79%, porém, aquém do apurado no STF: 63,19%, no TSE: 61,90% e no TST: 52,62%. Em 2017 o TCU realizou Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, contendo questões sobre a adoção de boas práticas nos temas de governança pública; e governança e gestão de pessoas, de tecnologia da informação e de contratações. Contudo, a Corte de Contas ainda não divulgou os resultados dessa avaliação. Nada obstante a ausência do resultado individual do STJ, espera-se que o Tribunal possa atingir 52% até 2020. Isso porque, apesar de caminharmos dentro da meta, o levantamento realizado pelo TCU acerca das respostas do STJ ao questionário aplicado em 2016 servirá de insumo para a definição de objetivos e ações visando aprimorar a governança de gestão de pessoas nesta Corte.



**Análise crítica RA 54 - Governança Institucional - Período: 4º trimestre**

Apesar da mensuração do indicador estar prevista para dez/2017, com a mudança do questionário aplicado pelo TCU e desconhecimento sobre as métricas da resposta, optou-se por manter o valor obtido na última mensuração até que haja a devolutiva daquele órgão. De toda forma, ao longo do ano foram realizadas diversas ações com foco na melhoria da maturidade da governança institucional do STJ: workshops para atualização do código de ética do Tribunal, ações para consolidar a função da auditoria interna, implantação do subsistema de governança de TI e consulta popular sobre as metas nacionais para 2018. Tão logo seja disponibilizada a avaliação de governança realizada em agosto com o uso do novo modelo do Tribunal de Contas, serão avaliadas novas oportunidades de melhoria no presente aspecto.

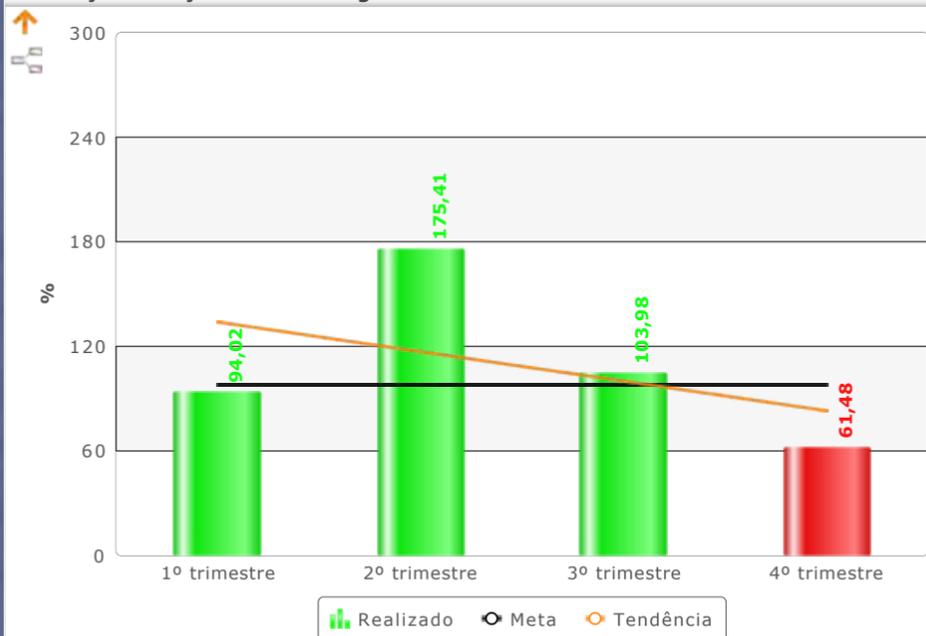


**Análise crítica RA 32 - Governança de TIC - Período: 4º trimestre**

O indicador mede o que grau de maturidade do STJ quanto à Governança de TIC. Considerando que a métrica tem periodicidade anual, o resultado para o 4º Trimestre de 2017 ainda reflete o resultado para o "Levantamento de Governança de TI 2016" (iGovTI2016) divulgado em junho de 2017. Em agosto de 2017, o TCU encaminhou ao STJ questionário para aferir novo índice de governança institucional. Porém, houve alteração nas questões em relação ao último questionário de 2016 e isto dificulta a verificação da evolução de um ano para outro. Além disso, não há mais levantamento específico para medir a maturidade de GOVERNANÇA DE TIC, pois o foco do TCU mudou para a GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL PÚBLICA e as perguntas sobre o tema TIC estão diluídas no questionário. Portanto, sugerimos a reflexão em próxima RAT sobre a forma de medição deste indicador em nível setorial e se deve permanecer da mesma forma para a mensuração institucional.

## Assegurar e gerir o orçamento

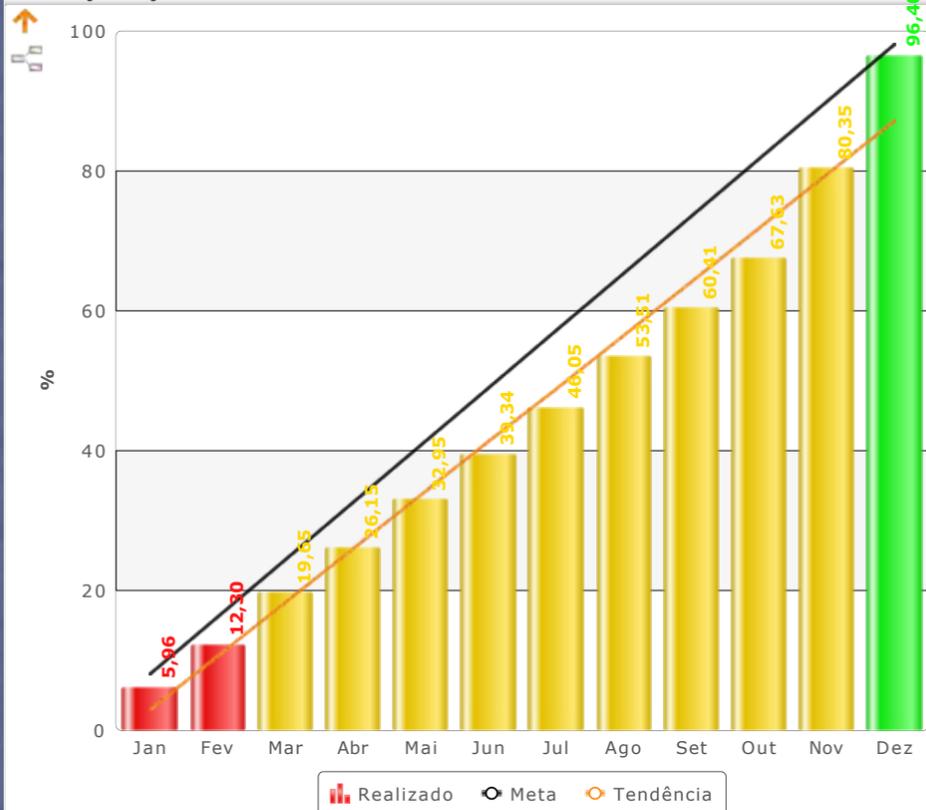
### Execução do orçamento estratégico



### Análise crítica RA 43 - Execução do orçamento estratégico - Período: 4º trimestre

Em 2017, o indicador atingiu 62,73% da meta anual, aumento considerável quando comparado ao exercício 2016, que fechou com 8,1%. Tal fato pode ser atribuído principalmente a 2 fatos. Em primeiro lugar, não houve a execução do orçamento do projeto Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia. Essa iniciativa tinha um orçamento aprovado de R\$ 600.000,00 (47,20% do orçamento estratégico) para contratação de uma consultoria especializada em mapeamento da infraestrutura física e lógica do complexo de áudio e vídeo do STJ. Entretanto, tal aquisição foi cancelada pois entendeu-se que o objeto da contratação poderia ser executado pela CEAR/SAD. No 4º trimestre, a unidade realizou o trabalho que foi documentado no processo 007568/2017. Dessa forma, o montante orçamentário foi devolvido à SOF para utilização em outras aquisições prioritárias. Em situação oposta está a execução do projeto Alinhamento STJ 2020. Esse tinha, para 2017, um valor planejado de R\$ 24.000,00 referente à execução de treinamentos EAD em BSC, Indicadores e Projetos. Porém, a execução foi de R\$ 359.160,18 em virtude da aquisição do software de gestão estratégica, que estava inicialmente prevista para 2016, mas foi efetivada em janeiro de 2017. De toda forma, o indicador permanece abaixo da meta de 98% o que demonstra um descolamento entre o que se planeja e o que efetivamente se executa em termos de custos de projetos e a necessidade da continuidade de investimento na capacitação dos gestores sobre o tema.

### Execução orçamentária

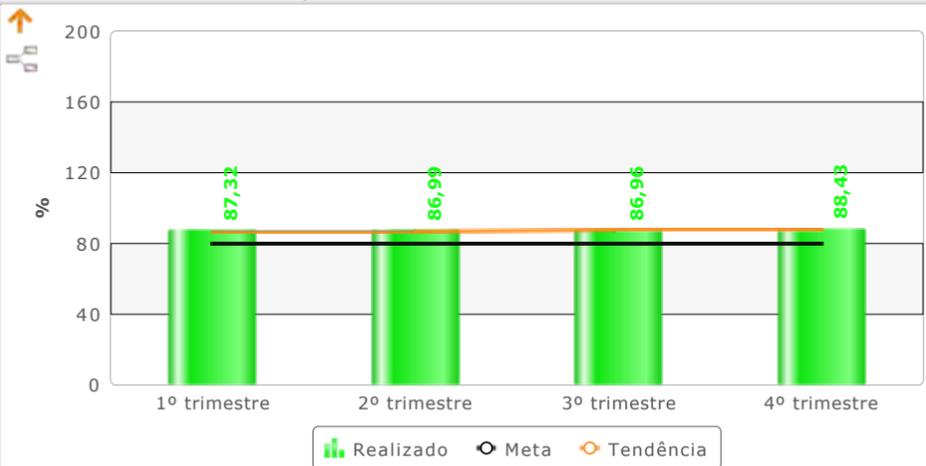


### Análise crítica RA 3 - Execução orçamentária - Período: Dezembro

A execução do orçamento finalizou o ano de 2017 em 96,40%, registrando o maior incremento no mês de dezembro. A união de esforços entre as áreas responsáveis pelos contratos e a Secretaria de Orçamento e Finanças possibilitou a efetivação de diversos pagamentos, além de ter sido essencial para atingir-se o percentual informado. Cabe esclarecer que, conforme descrito na análise do terceiro trimestre, o orçamento deve ser executado observando-se as limitações impostas pela EC n. 95/2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal. Dentre as limitações, a execução de restos a pagar merece especial atenção, porquanto esses valores pagos diminuem o limite de gastos do Tribunal. Por último, destacam-se os seguintes valores que reduziram a dotação atualizada:  
 - o valor contingenciado, em obediência ao art. 58 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO 2017, que atingiu o fim do exercício em R\$ 7.100.238,00; e  
 - o valor de R\$ 1.402.372,00, restituído ao Governo Federal e que se refere a recursos não utilizados que foram recebidos a título de reabertura de crédito extraordinário em 2017, oriundo da Medida Provisória n. 750, de 1º de novembro de 2016, que teve seu prazo de vigência encerrada no dia 12 de abril de 2017.

Abaixo encontram-se os valores relativos a limitação de empenho e movimentação financeira ao longo do primeiro semestre (art. 58, § 11 da Lei n. 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO 2017):  
 a) R\$ 18.948.012,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 1, de 29 de março de 2017;  
 b) R\$ 13.965.211,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 2, de 06 de abril de 2017;  
 c) R\$ 13.025.363,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 3, de 26 de maio de 2017;  
 d) R\$ 14.817.459,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 4, de 27 de julho de 2017;  
 e) R\$ 10.865.429,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 5, de 27 de setembro de 2017;  
 f) R\$ 8.603.100,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 6, de 28 de novembro de 2017;  
 g) R\$ 7.100.238,00, conforme art. 1º da Portaria Conjunta n. 8, de 28 de dezembro de 2017.

### Aderência às metas do PLS/STJ



### Análise crítica RA 46 - Aderência às metas do PLS/STJ - Período: 4º trimestre

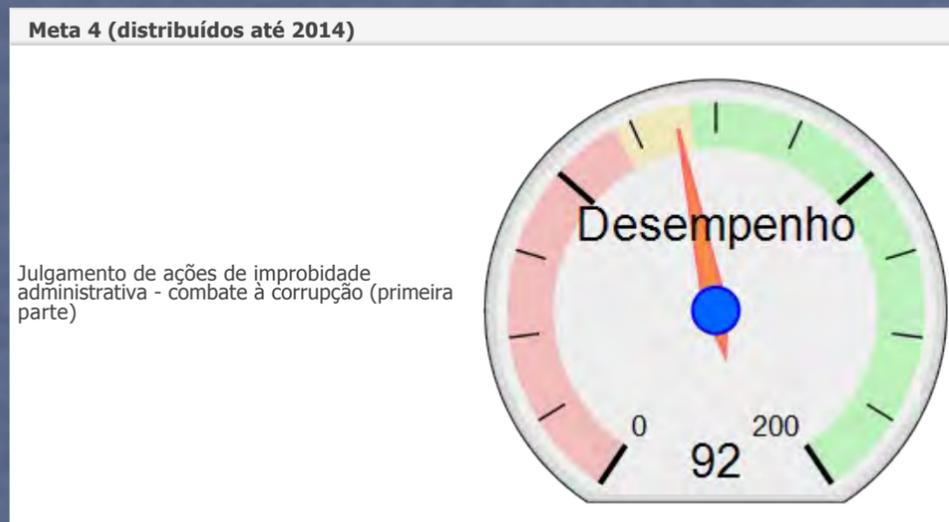
Dentre os temas abrangidos pelo Plano de Logística Sustentável do STJ, atualmente são mensurados no âmbito do Plano STJ 2020 os indicadores relacionados a papel, copo descartável, impressão, telefonia, energia, água e combustíveis. Ressalta-se que os indicadores de consumo de papel, consumo de copo descartável, energia e combustíveis apresentaram um atingimento das metas estipuladas acima de 95%. A telefonia fixa apresentou atingimento da meta estipulada acima de 95%, contudo telefonia móvel atingiu menos de 80% da meta, apresentando resultado crítico. Destaca-se a dificuldade de mensuração desses indicadores diante da demora das operadoras em enviar os valores, os quais também costumam ser contestados devido a erros. Assim, na mensuração de 2017 ainda restam pendentes os valores finais de telefonia móvel relativas a dezembro. O consumo de água apresentou desempenho aceitável, acima de 80% da meta estipulada. Outros indicadores que apresentaram resultados críticos foram os relacionados à Impressão. Diante dos resultados alcançados no ano, constata-se a necessidade de criação e manutenção de campanhas e ações de sensibilização junto às unidades, de maneira a viabilizar o atingimento das metas definidas até 2020.

# Metas Nacionais

Metas Nacionais para o Poder Judiciário relativas ao STJ em 2017 estão alinhadas aos indicadores estratégicos citados anteriormente, exceto a Meta 7, pois o indicador alinhado pertencente ao Plano STJ 2020 foi ajustado conforme decisão em RAE. Assim, até dezembro não haverá esse alinhamento entre as métricas.

Como resultado de 2017, obteve-se o cumprimento integral de duas metas, 1 e 6, e parcial da meta 4. As metas 2 e 7 não conseguiram atingir os resultados esperados, muito embora a primeira tenha se aproximado do valor almejado.

Ressalta-se que as Metas 2 e 4 são desdobradas por período de referência, conforme descrito em seus respectivos indicadores estratégicos específicos.



Nota explicativa: o gráfico representa o percentual de atingimento de cada meta segundo o glossário disponibilizado pelo CNJ.

## Projetos

Nome do projeto	Início	Término	% Concluído	Farol	Gestores
<b>Obj: STJ 2020: Assegurar e gerir o orçamento</b>	<b>4/5/2015</b>	<b>28/12/2017</b>	<b>74%</b>		
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	4/5/2015	28/12/2017	74%	😊	Diego Coelho e Lucas Nogueira
<b>Obj: STJ 2020: Fortalecer a governança institucional</b>	<b>30/10/2014</b>	<b>28/9/2020</b>			
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	14/12/2018	79%	😊	Ana Cláudia Faria e Daniel Godoy
eSocial no STJ	15/4/2017	1/10/2018	13%	😊	Portaria STJ/GDG n. 673 de 9 de outob
Gestão de Riscos	30/10/2014	30/6/2016	100%	✓	Wilmar Barros e Daniel Godoy
Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais do STJ	30/11/2016	28/9/2020	17%	😞	Angelo Giovane e Daniela Galdino
<b>Obj: STJ 2020: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>15/3/2019</b>			
Gestão Documental do STJ	7/1/2015	15/3/2019	50%	😊	Julio Cesar e Edson Lacerda
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	1/8/2016	5/2/2019	11%	😊	Adriana Melo e Sidnei Vicente
Integra	31/12/2013	30/12/2015	31%	✗	Marta Juvina e Francisco Dejardene
<b>Obj: STJ 2020: Aprimorar competências</b>	<b>13/5/2013</b>	<b>18/12/2020</b>	<b>90%</b>		
Aprimore STJ	13/5/2013	18/12/2020	90%	😊	Iraci Gonçalves e Antonio Monteiro
<b>Obj: STJ 2020: Buscar excelência na prestação jurisdicional</b>	<b>22/7/2013</b>	<b>27/4/2018</b>			
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	15/7/2015	28/10/2016	9%	⬤	Jorge Gomes e Frederico Augusto
Julgamento Eletrônico	12/12/2016	27/4/2018	36%	😊	Aline Carlos e Márcia Ivanira
ARESP	5/5/2014	27/5/2016	100%	✓	Ana Carolina Leone e Mauricio Santana
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	23/10/2015	100%	✓	Crisley Elias e Márcia Ivanira
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	29/9/2015	100%	✓	Montgomery Muniz e Criley Elias
E-PET	19/5/2015	13/2/2017	48%	😞	Frederico Augusto e Jorge Gomes
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	15/7/2015	26/9/2017	36%	😞	Márcia Ivanira e Gisele Benvegno
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	12/2/2015	6/10/2017	94%	😊	Montgomery Muniz e Éverton Cruz
<b>Obj: STJ 2020: Tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes</b>	<b>17/3/2015</b>	<b>4/9/2018</b>			
Gestão de Precedentes	2/12/2016	4/9/2018	56%	😊	
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	31/8/2016	87%	✓	Marcelo Ornellas e Aline Carlos
<b>Obj: STJ 2020: Promover a cidadania</b>	<b>7/1/2015</b>	<b>18/12/2020</b>			
Memória e Cultura do STJ	7/1/2015	18/12/2020	93%	😊	Valmir Vargas e Beatriz Almeida
Semear Inclusão	7/1/2015	18/12/2020	98%	😊	Sumaya Dounis e Rubenite Maria
Arquivo Histórico Virtual do STJ	6/10/2015	15/11/2018	43%	😊	Betânia Monteiro e Marcus Vinícius dos
<b>Obj: STJ 2020: Oferecer serviços com qualidade</b>	<b>15/9/2014</b>	<b>19/7/2018</b>			
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	1/5/2015	19/7/2018	46%	😊	Jair Pereira e Rodrigo Vasconcelos
Pesquisa de Satisfação do Usuário	21/1/2015	25/7/2016	100%	✓	Thaíssa Matos e Tatiana Estanislau
Portal 2020	15/9/2014	1/12/2016	99%	✓	Bruna Bites e Cecília Barroso
Modernização do Sistema de Controle de Acesso	16/1/2015	25/6/2018	69%	😞	Jair Pereira e Rodrigo Vasconcelos

O portfólio de programas e projetos estratégicos do Plano STJ 2020 contou, até o final de 2017, com um total de 26 iniciativas. Dessas, 16 correspondem à área Administrativa e 10 à Judicante. Destaca-se que todas as iniciativas da área Judicante, apresentadas até o momento, possuem como principal entrega o desenvolvimento de um sistema eletrônico de informação visando a automação de seus processos de trabalho.

As iniciativas podem ser agrupadas, segundo seu status de execução, como: canceladas, concluídas ou em andamento. Esta última subdivide-se em iniciativas com atraso de cronograma ou no prazo. Seguindo essa classificação, apenas uma iniciativa foi cancelada, que foi o projeto Integra. Desde o início do Plano, oito iniciativas foram concluídas, sendo três da área Administrativa e cinco da Judicante, que representa 50% do total dessa área apresentadas até o momento. O que pode evidenciar que o Tribunal tem atuado no sentido de priorizar ações/projetos dessa área.

Ao longo de 2017, verificou-se que 3 iniciativas foram encerradas com redução de escopo, quais sejam: Metadados, Portal 2020 e Processos Múltiplos. Quanto à observância do prazo, apenas uma foi entregue de acordo com o planejado: Portal 2020. Assim, fica como oportunidade de melhoria, para as iniciativas seguintes, uma maior atenção e possível aprimoramento do processo de planejamento ou monitoramento e controle da execução do cronograma. Ademais, foram apontados pela maioria das iniciativas que o envolvimento direto e próximo da STI constitui-se em fator preponderante para o alcance do escopo planejado e no prazo. Por fim, outro ponto sensível no impacto da conclusão das ações foi a medida de envolvimento das partes interessadas, ressaltando-se, assim, a importância de previsão de mecanismos de comunicação e envolvimento (acordos de cooperação, comunicação e/ou reuniões recorrentes).

Das que se encontram em andamento (17), 5 se encontram em atraso: Modernização do Sistema de Controle de Acesso, E-pet, Arquivo histórico, Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais e GRU. Esse último, ainda que em atraso, encontra-se suspenso, aguardando definição de priorização pela COGJUD, para continuidade das ações. No entanto, a despeito da paralisação, adaptações ao sistema GRU foram realizadas para atender exigências da FEBRABAN.

Para os demais projetos em atraso, não há padrão de justificativa para tal: i. Modernização ao Sistema de Controle de Acesso: por atrasos próprios do processo de contratação; ii. Arquivo Histórico: parte do atraso se deve à necessidade de aquisição do programa Adobe Creative; iii.

E-pet: saída de técnico designado de TI e a ampliação de escopo, em virtude da visualização de oportunidade da projeção de novas funcionalidades para o sistema atrasaram o andamento; e, iv. Mapeamento dos Macroprocessos Organizacionais: por dificuldades na continuidade das reuniões na STI, iniciou-se o mapeamento da CORE com vistas a evitar a interrupção dos trabalhos.

Para os projetos com status em andamento e no prazo, destacam-se as seguintes entregas: i. Alinhamento STJ 2020: implantação do software para monitoramento dos indicadores; ii. Aprimore: inovação ao estruturar sistema informatizado para disponibilizar os resultados do IV Ciclo de Diagnóstico; iii. Julgamento Eletrônico: entregue a etapa afetação eletrônica, com um total de 27 gabinetes treinados; iv. Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores: o escopo do projeto foi rediscutido com priorização de 5 demandas pela COGJUD; v. Gestão de Precedentes: priorizado o desenvolvimento da demanda "Painel Gerencial de Controle de Alertas do Módulo Precedentes"; vi. Metodologia de Apuração de Análise de Custos: em análise a possibilidade de alteração no sistema de transportes e foram realizados testes em softwares para possível aquisição; v. Gestão documental: fase 1 completa; vii. eSocial: em fase de definição das ações a serem implementadas pelas unidades de interface; e viii. Memória e Cultura: realizou suas principais entregas, com lançamento de livros previstos no módulo, eventos culturais e atendimento de público externo através dos programas Sócio-Educativos.

Dentre as dificuldades vivenciadas pelos projetos no prazo, pondera-se que os projetos CFTV e Modernização da Taquigrafia, tiveram suas ações replanejadas para 2018, estando as contratações previstas em andamento e o projeto Semear Inclusão aguarda constituição de nova Comissão de Acessibilidade e Inclusão, o que tem dificultado a continuidade das ações e gestão do programa.

Para 2018, prevê-se a conclusão de mais 7 projetos do portfólio. De toda forma, o Escritório Corporativo de Projetos segue assessorando as unidades do tribunal na proposição de novas ideias que podem incorporar a carteira de projetos na intenção de diminuir os gaps das mensurações estratégicas para auxiliar o STJ no cumprimento de sua missão institucional.

# RADAR DA ESTRATÉGIA



Em 2017 oito unidades passaram a compor o radar da estratégia do STJ, o que equivale dizer que já possuem seu planejamento setorial estruturado e se encontram formalmente alinhadas ao planejamento organizacional. São elas: AGS, AMG, SAD, SED, SGP, SJD, SJR e STI. Além disso, foram consolidados os painéis de contribuição com os indicadores padrão do alinhamento para as demais secretarias do Tribunal e para os Núcleos vinculados à Presidência: NARER e NUGEP. Os resultados foram encaminhados ao conhecimento das respectivas áreas e deverão integrar o radar da estratégia a partir de 2018.

Devido à aquisição e implantação de *software* para monitoramento dos indicadores e planos de ação no início do ano, entre os meses de abril a setembro houve necessidade de foco concentrado da equipe do alinhamento nos ajustes, alimentação de dados e treinamento dos envolvidos no sistema adquirido, o que impactou na ampliação do escopo do projeto, que pretendia abarcar mais 3 novas unidades ainda em 2017. Apesar do trabalho ter sido iniciado nessas 3 áreas, não foi possível concluí-lo no exercício.

Importante frisar que os treinamentos atrelados ao projeto foram realizados conforme o esperado, tendo sido realizadas uma turma de BSC, uma de Indicadores e outra de Projetos, totalizando aproximadamente 60 servidores capacitados.

Além disso, a norma do alinhamento foi revista e republicada, a fim de considerar contribuições das unidades para a metodologia. Com a atualização, a produtividade passou a ter peso 4 e os demais critérios, peso 1,5, no cálculo do radar da estratégia.

Os resultados aferidos com os desempenhos setoriais foram monitorados trimestralmente e disponibilizados na *intranet* para conhecimento de todos.

Conforme pode ser observado no gráfico acima, alcançou-se mais de 94% das metas propostas, resultado considerado aceitável e muito próximo do ótimo, que de acordo com os critérios adotados pela metodologia é acima de 95%. Apesar de ainda haver espaço para melhorias, pode-se afirmar que as unidades alinhadas estão engajadas e comprometidas com a estratégia institucional.

A "produtividade", critério voltado às atribuições específicas da unidade, apresentou um índice geral de 92,79% de cumprimento, pouco acima do patamar verificado em dezembro de 2016. Ressalta-se, que naquele ano o escopo do projeto envolvia apenas 7 unidades e, em 2017, foram 8 áreas monitoradas.

No critério "competências", que apresentou um desempenho de 96,82%, observou-se uma queda pouco significativa em relação ao ano anterior, quando foram detectados 97,21% de cumprimento. De qualquer forma, o resultado manteve-se em situação ótima, mostrando uma adesão significativa, apesar de ligeiramente menor, de servidores às ações de capacitação ofertadas pelo Tribunal. Em contraste, destaca-se que, diferente de 2016, todas as unidades garantiram que os seus gestores participassem em pelo menos 16 horas de capacitação gerencial, várias, inclusive, trabalhando com a unidade responsável, a CDEP, na oferta de eventos específicos para o seu corpo de líderes.

Na vigência do Plano STJ 2020, a medição do critério "talento" está atrelada à pesquisa de clima organizacional e satisfação do servidor, que foi realizada em fevereiro/2017, após sete anos sem mensuração. Os resultados demonstram que 5 das 8 unidades integrantes do alinhamento estratégico atingiram 100% da meta estipulada. As demais estão bem próximas do esperado, demonstrando que há satisfação dos servidores e comprometimento com a organização.

A "governança" foi monitorada semestralmente em 2017, porém com sugestão de periodicidade anual a partir de 2018, com vistas a destinar mais tempo às unidades para investirem na melhoria deste critério. Importa frisar que, apesar da segunda mensuração do ano ter sido realizada com um instrumento diferente da primeira, mais robusto e alinhado às orientações de governança do TCU, não foram observadas discrepâncias relevantes entre os dois períodos. O resultado apurado foi de 96,07%, contra 96,06% em 2016. As iniciativas visando a melhoria dos itens relacionados ao tema estão sendo incluídas nos planos de ação setoriais, que são monitorados trimestralmente.

Relativamente ao critério "orçamento", que em 2017 abarcou tanto os dados relativos ao orçamento estratégico quanto os dados de sustentabilidade, observou-se 89,57% de execução do planejado para o período, com destaque para a eliminação do consumo de copos por parte das unidades que não possuem atendimento ao público. Sobre o orçamento estratégico, foi analisada uma nova forma de contabilização dos resultados, a ser adotada a partir de 2018, para minimizar os efeitos da baixa execução quando há economia de recursos.